

A escola como mobilizadora nacional

Eliezer Pacheco*

Ultimamente tem sido muito enfatizada a valorização do professor como forma de melhorar a educação brasileira. Isto é absolutamente correto. Sem educadores qualificados, motivados e com salários dignos é impossível uma educação de qualidade. Da mesma forma, há a necessidade de escolas equipadas com laboratórios, bibliotecas e recursos didático-pedagógicos. Entretanto, mesmo com a solução de todas estas questões, ainda teríamos dificuldades de aprendizagem, já que os principais problemas se originam do lado de fora das instituições educacionais. Estas dificuldades da sociedade, aliás, permeiam a escola. E não poderia ser diferente, pois, nesse caso, ela seria uma redoma, algo artificial.

A escola precisa se ocupar das questões sociais que a atingem direta ou indiretamente. Tais problemas não têm sido tratados como questões concernentes à educação, quando, de fato, o são. É difícil ocorrer uma aprendizagem adequada com famílias desagregadas, pais com baixa ou nenhuma escolaridade e inexistência de ambientes favoráveis ao estudo. Portanto, os entraves cruciais da educação têm de ser enfrentados com políticas de emprego, salário, distribuição de renda, habitação, saneamento, transporte, etc.

Nosso país, a partir do Governo Lula, vem enfrentando estas questões e adotando importantes iniciativas na área educacional, cujos resultados, a médio e longo prazo, acontecerão. Estes, contudo, demandam uma geração inteira para se fazerem sentir. Devem os educadores e a sociedade apenas aguardar as conseqüências destas iniciativas? Parece-nos que não.

Embora os indicadores apontem para avanços importantes a partir das políticas de inclusão, distribuição de renda e investimentos em educação, a herança secular deve ser enfrentada por políticas que envolvam a escola e sejam focadas no seu público alvo, ou seja, pais e alunos.

As escolas públicas, além da parte pedagógica, deveriam ter uma coordenação de políticas sociais, responsável pela articulação entre os membros da comunidade escolar e as políticas públicas de saúde, habitação, saneamento, etc. Também de medidas em andamento promovidas pelo governo, como melhoria da merenda escolar, turno inverso e transporte.

Isso passa diretamente pela estruturação dos serviços sociais dentro das instituições escolares, os quais devem englobar também ações de formação política, cultural, desportiva, bem como ações de extensão, de atenção e cuidado com a saúde dos educandos e educadores, além de encaminhamento dos educandos a oportunidades de inclusão sociolaboral. A comunidade escolar deve ser vista como um todo. Por isso, as escolas devem compreender a educação dos pais de seus alunos como parte de suas tarefas, encaminhando-os para a alfabetização, escolarização e profissionalização. É necessário ter conhecimento da situação de cada família e tomar todas as medidas no sentido de prover soluções aos problemas sócio-econômicos que impedem o educando de ter um bom desempenho.

A presidenta Dilma tem apontado o combate à miséria como sua prioridade. Desta forma, nenhuma instituição pública pode se omitir, especialmente a escola, do papel que desempenha nas comunidades. A

perspectiva educacional deve ser transversal e permear todas as políticas públicas como espinha dorsal das ações do Estado, transformando-o em um Estado educador.

É necessário, ainda, resgatar a dimensão política do fazer docente, no convencimento de que estas tarefas são parte do ser educador e do exercício da cidadania. Recuperar e qualificar o debate político-pedagógico como base de uma educação de qualidade. O debate político entre os educadores foi substituído pelo debate sindical, importante para a categoria, mas insuficiente para responder aos grandes desafios da educação. A escola é a instituição pública de maior capilaridade em todo o país e, portanto, a que tem melhores condições de articular uma grande mobilização nacional em defesa do conhecimento e da emancipação.

*É professor e secretário de educação profissional do MEC